

Os Reinos Ibéricos na Idade Média

**Livro de Homenagem ao Professor Doutor
Humberto Carlos Baquero Moreno**

Coordenação de

Luís Adão da Fonseca
Luís Carlos Amaral
Maria Fernanda Ferreira Santos

Vol. II



FICHA TÉCNICA

Obra publicada ao abrigo do Protocolo de Colaboração entre a Faculdade de Letras
da Universidade do Porto e a Livraria Civilização

Copyright © 2003 Livraria Civilização Editora

Todos os direitos reservados
1.ª edição / Setembro 2003

Fotocomposição e paginação electrónica,
impressão e acabamentos efectuados na
Companhia Editora do Minho, S. A. – Barcelos,
para Livraria Civilização Editora no mês de Maio de 2003

Depósito Legal n.º 196233/03

ISBN da colecção: 972-26-2060-6
ISBN do Vol. II: 972-26-2135-1

LIVRARIA CIVILIZAÇÃO EDITORA

R. Alberto Aires de Gouveia, 27
4050-023 Porto



Ilustração da Capa: conjunto de escudos de armas do Livro do Armeiro-Mor
(séc. XVI), IAN/TT, Lisboa

Tendo em conta a grande diversidade de normas de citação
bibliográfica utilizadas pelos autores nacionais e estrangeiros, e
apesar dos esforços do grupo de coordenação no sentido de promover
a uniformização das mesmas, foi decidido respeitar-se
integralmente as opções tomadas pelos autores.
Os coordenadores aproveitam, também, para agradecer toda a generosa
colaboração dada pelas Dras. Maria Idalina Azeredo Rodrigues e
Maria Ondina do Carmo, funcionárias do Departamento de
História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, na
preparação do presente Livro de Homenagem.

Narrativa, Mito e História — Referências Medievais

Joaquim Cerqueira Gonçalves

Sempre a humanidade foi dando sentido à existência mediante a construção de narrativas, como se o narrador descrevesse¹ a realidade tal qual é, sem se aperceber, a maior parte das vezes, de que esse exercício, tendo o real por referência, o altera, porém, nesse processo interpretativo, donde resulta um mundo outro.

Mito e narrativa, categorias do mesmo acto, manifestam e, ao mesmo tempo, explicam o desenrolar da vida, mas não apenas a expressão humana desta, pois, nesse exercício simbólico, entra todo o universo envolvente.

Narra-se o que excede o narrador, os acontecimentos cuja autoria é outrem ou, pelo menos, não é o próprio narrador. Mas este narra para interpretar esse excesso, muitas vezes para o dominar, esconjurando sobretudo a desmesura negativa, quer no próprio acto narrativo, que passa a ter uma função catártica, quer no mundo idealizado que daí advém.

O primeiro espanto humano não é desencadeado pelo bem, mas pelo mal², constituindo este o verdadeiro excesso, o irracional, apenas porque ultrapassa - ou julga-se que ultrapasse - a razão do narrador.

Permanece ainda hoje fundamentalmente válida a interpretação aristotélica consignada na "Poética", sobre o mito, isto é, a narração, e sobre a mimese, essa actividade constitutiva da vida humana.

A narrativa, como bem desenvolve P. Ricoeur, é um exercício de temporalidade, sem o qual a existência humana se suprimiria a si própria, muito embora o leve a efeito, ora para anular o tempo ora para o promover. De qualquer modo, é sempre duma acção que se trata, e esta gera irrecusavelmente o tempo³.

Mas se o processo narrativo traduz estruturas constitutivas da acção humana, o modo de as compreender e explicar pode variar significativamente. O ser humano age - sem, aliás, poder recusar a acção -, mas confere-lhe, entretanto, muitas vezes, entendimentos opostos.

Será a narrativa alimentada pelo mito ou, antes, pela história? O que está em jogo naquela é a descrição dos acontecimentos, na sua diferença e na sua unidade, como acontece na história, ou, pelo contrário, trata-se da reconstituição do acontecimento - negativo - fundador, tempo primordial, onde as diferenças posteriores são uma ilusão ou um alvo a extinguir⁵?

É aqui que os contextos de vivência e de interpretação se distanciam. O que está em

¹ Santo Agostinho a quem será dispensada particular atenção nesta reflexão, distingue, em *De Doctrina christiana* (11,29,46), entre *narratio* e *demonstratio*, para acentuar que somente a primeira trabalha com o passado, com os factos, com o tempo. Este pormenor linguístico indicia uma questão fundamental, a da relação entre narrativa e temporalidade. Aliás, desde o século II que o cristianismo insiste na distinção entre *mito* e *narração*.

² «Le mythe, à notre sens n'est rien de plus ni rien de moins qu'un effort sublime et vain pour conjurer l'angoisse devant de mal.» (E. Borne, «Le problème du mal», Paris, Ed.Puf,1967, p.44).A mitologia está sempre articulada com uma desmesura de pessimismo (p. 45).

³ «Ce qui est resignifié par le récit, c'est ce qui a déjà été pré-signifié au niveau de l'agir humain.» (*Temps et Récit* I, Paris, Ed. du Seuil, 1983, p. 122).

⁴ O contraste entre mito e história ficará, entretanto, esbatido com a interpretação evemerista do mito.

⁵ Para J. Pépin, a maior parte dos mitos, senão mesmo todos, têm por campo de eleição o extremo do passado

causa é a própria vida da narrativa, a temporalidade, registando, a propósito desta, a cultura ocidental uma das suas maiores clivagens⁶.

Muitas vezes em oposição à noção antiga de tempo, o cristianismo introduziu uma nova forma de o viver e de o entender, abrindo uma nova instância, a categoria da historicidade. Não se pretende afirmar com isto que, em outras épocas e em outras culturas, não haja narrativas históricas, mas apenas que nelas estaria ausente a categoria da historicidade ou, pelo menos, a consciência e tematização dela.

Convém chamar a atenção, neste momento, para um facto cultural deveras intrigante. Não obstante a escola ocidental ser uma fundação romana pagã, o cristianismo herdou-a, sem lhe alterar as estruturas fundamentais, ainda que lhe substituísse os conteúdos: na escola romana, liam-se os mitos, enquanto que, na escola cristã, se tal expressão é permitida, se lia a Bíblia. O que unia essas duas fases significativas da instituição escolar era a narrativa, se bem, no caso vertente, se trate de narrativas assaz diferentes, distanciando-as precisamente o modo como cada uma delas interpreta - e vive - o tempo. O cristianismo vê a narrativa, particularmente a da Bíblia⁷, como uma história, não como um mito; quando este está aí presente, por herança cultural, historiciza-o⁸.

De facto, a Bíblia, sendo uma narrativa, trabalha com ingredientes irreduzíveis aos do mito, porque outro é aí o sentido da temporalidade⁹. Na Bíblia, o excesso não é já um acontecimento fundador negativo, mas a acção positiva e voluntária de uma Divindade criadora; o que daí decorre, a temporalidade, não é para anular, mas para desenvolver; permanecendo a unidade entre todos os acontecimentos, cada um destes tem validade intrínseca, irreduzível a todos os outros, vivificando a unidade, em vez de nela se engolfar, como se a unidade originária devesse ser destituída de diferenças¹⁰.

Na cultura ocidental, mesmo para lá da sua fase antiga, o tempo, negativamente interpretado, e o recurso à narrativa mitológica foram sobretudo característica da mundividência maniqueia, não originária dessa cultura mas nela recorrentemente activa, que considerava a multiplicidade criada e o tempo destituídos de sentido, devendo-se, por isso, mover-lhes guerra, a ponto de os extirpar. Foi precisamente em conflito com as doutrinas maniqueias que os cristãos ganharam consciência da historicidade, para logo a tematizarem. Rejeitavam os maniqueus o Deus criador do Antigo Testamento, ao mesmo tempo que exaltavam o Deus redentor do Novo Testamento, dentro da lógica da superação do mal que a existência radicalmente, para eles, era. Na linha deste raciocínio, lançavam contra os cristãos o argumento da contradição em que estes supostamente viviam, pelo facto de abraçarem, simultaneamente, os dois Testamentos, não obstante a oposição da Divindade que lhes subjaz. Foi no meio desta refrega doutrinal, mas

ou do futuro, são *gênesis* ou *apocalipses* (*Mythe et allégorie. Les origines grecques et les contestations judéo-chrétiennes*, Paris, Ed. Aubier, 1958, p. 510).

⁶ P. Ricoeur refere-se, todavia, à herança diversificada das narrativas da cultura ocidental: hebraica, cristã, celta, germânica, irlandesa e eslava (*Ibidem*, p. 107).

⁷ «Que l'histoire soit «relevante», telle est la principale découverte du peuple juif. Pour l'ensemble des civilisations païennes, ce n'est pas l'histoire que révèle Dieu, qui exprime le divin, c'est la nature.» (H. Dumery, *Phénoménologie et religion*, Paris, 1958, p. 6).

⁸ «Cependant, si paradoxal que la chose puisse paraître à un esprit moderne, l'un des intérêts de ce symbolisme, dans la pensée chrétienne des premiers siècles, n'a-t-il pas été précisément d'assurer à l'histoire un sens que lui déniait l'antiquité païenne ? » (H. de Lubac, *Histoire et Esprit. L'Intelligence de l'Écriture d'après Origène*, Paris, Ed. Aubier, 1950, p. 7). Ou ainda : « On remarquera surtout qu'aussitôt après avoir revendiqué pour les chrétiens comme pour les «Grecs» le droit d'«allégoriser», Origène se garde d'user de ce droit, au sens grec : il justifie la littéralité du déluge et de l'arche. » (*Ibidem*, p. 33).

⁹ «Fundamentum et principium doctrinae sacrae historia est, de qua quasi mel de favo veritas allegoriae exprimitur.» (Hugo de S. Vitor, *Didascalion*, 6,3).

¹⁰ Foi decisivo para a metafísica cristã a noção trinitária do Ser divino, uma Unidade diferenciada.

cheia de consequências de ordem prática, designadamente ética, que os cristãos insistiram na coerência de vida e de doutrina dos Testamentos, pois não se tratava de narrativas paralelas ou mesmo sobrepostas, mas de um processo em desenvolvimento histórico. A Divindade era a mesma, em um e outro texto, mas em manifestação progressiva, tratando-se mesmo de um Logos em crescimento histórico. Daí resultava uma imediata e inédita hermenêutica, que via o maior sentido na progressão temporal e na plenitude final, em vez de a procurar em originários arquétipos¹¹.

O género literário preferido será, pois, no cristianismo, a história, a ponto de se poder falar de uma história de Deus¹², uma narrativa que descreve as iniciativas livres tanto do Criador como das criaturas, também estas feitas à semelhança de Deus, nessa capacidade de promover acontecimentos novos.

Com justeza se considera o cristianismo uma religião de historiadores¹³. Além do facto de ter muitos historiadores, os cristãos, ao mesmo tempo que vão tomando consciência dele, fundamentam-no doutrinalmente. A nota de historicidade não aparece isoladamente, já que outros ingredientes a acompanham, como o sentido positivo da existência, uma antropologia da liberdade e da acção, a redenção como momento segundo, relativamente à criação, referência primeira e boa.

Mas também a sensibilidade à temporalidade, mesmo dentro do cristianismo, é histórica, tendo de enfrentar, no seu percurso de desenvolvimento, fortes resistências culturais.

A Idade Média, época de grande expansão cristã, é também, naturalmente, momento ímpar desse desenvolvimento e tematização da historicidade¹⁴, aliás na continuidade das grandes intuições da patrística. No que respeita ao mundo latino, na fronteira entre o mundo antigo e o medieval, merece especial referência a figura de Santo Agostinho, não apenas devido à sua monumental obra, «A Cidade de Deus», mas ainda tendo em consideração outros textos, particularmente os que escarpelizam, para as rejeitar, as doutrinas maniqueias. Não é por acaso que o texto das "Confissões" é, simultânea e indissociadamente, a narração do compromisso de Agostinho como o maniqueísmo - tal como da sua posterior libertação - e a tematização da historicidade, como se da descoberta desta decorresse a superação daquele. É ainda deveras significativa a rejeição dos mitos levada a efeito em "A Cidade de Deus", com a clara percepção do distanciamento entre eles e a história. Para Agostinho, a eles, isto é, à moral que estava

¹¹ É neste mesmo contexto que o cristianismo combate o docetismo, acentuando o aspecto histórico de Cristo, bem como a sua corporeidade.

¹² Refere-se, a título de curiosidade significativa, o texto de Gil Vicente *Auto da História de Deus*.

¹³ Sendo uma religião de historiadores, não é por isso uma religião de escritores, a garantir presença representativa na galeria dos prémios Nobel. É verdade que a nota de historicidade, cujo ponto de partida foi a Bíblia, se laicizou, podendo estar presente, mesmo naqueles que não se reclamam do cristianismo. No entanto, os textos dos cristãos são mais os da acção histórica do que os dos livros, além de estes, no cristianismo, não cultivarem a literatura na sua função mítico-catártica, porque é de outra ordem o seu processo de redenção.

¹⁴ «Les hommes du moyen âge ne distinguèrent jamais clairement entre roman, conte et histoire. Dans la mesure où ils les ramenaient à quelque commun dénominateur, ils avaient tendance à les penser ensemble en termes qui, pour nous modernes, conviendraient plutôt à notre «histoire» qu'à notre roman.» (P. Zumthor, *Essai de Poétique Médiévale*, Paris, Ed. du Seuil, 1972, p.178).

É referência emblemática, quando se aborda a questão da historicidade na Idade Média, o texto de João de Salisbúria: «Dicebat Bernardus Carnotensis nos esse quasi nanos, gigantium humeris incidentes, ut possimus plura eis et remotiora videre, non utique proprii visus acumine, aut eminentia corporis, sed quia in altum subvehimur et extollimur magnitudine gigantea.» (*Metalogicon* 111,4.). Sobre a consciência da história na Idade Média, como especial incidência no século XII, escreve M.-D. Chenu: «Ce n'est pas cependant pas la moindre grandeur du XII^e siècle d'avoir vu naître, dans la Chrétienté occidentale, une conscience active de l'histoire humaine.» (*La Théologie au Douzième Siècle*, Paris, Ed. J. Vrin, 1957, p. 63). Cf. também do mesmo autor: «Conscience de l'histoire et théologie au XII^e siècle », *Archives d'histoire doctrinale et littéraire du moyen âge* 21(1954) 107-133).

consignada nos mitos, se deve o declínio do Império romano, e não à história do cristianismo, como por vezes se argumentava¹⁵.

Circunscrevendo-nos a referências medievais significativas, dignas também de registo, pelo seu alcance de sensibilidade histórica, vale a pena lembrar um modelo com duas expressões privilegiadas: a ideia de *translatio*, movimento histórico de progressão, aplicado quer ao saber - *translatio studiorum* -, precisamente em um domínio onde as contingências temporais costumam ser abolidas, quer à política - *translatio imperii* -, onde a plenitude imperial pareceria incompatível com a progressão. Mostrava-se, desse modo, que a Universidade medieval não era já a mera reconstituição da luz do saber de Atenas, pois que entre esta cidade e a Paris, haviam mediado Alexandria e Roma¹⁶. De modo semelhante, o Império de Carlos Magno se avantajava ao paradigmático Império romano.

Definitivamente introduzida, na cultura ocidental, por processo de laicização, a categoria da historicidade, também ela tem vivido recorrentes vicissitudes, aliás bem características dum movimento contingente e não linear. Com pertinência se poderia descrever a história da cultura ocidental, mediante as tensões temporalidade e atemporalidade¹⁷.

A ciência é uma das formas mais significativas de abolir a historicidade. Basta lembrar como os modelos científicos e respectiva linguagem se têm esforçado, utilizando os mais sofisticados expedientes, por dominar a narrativa histórica, sendo, entretanto, de elementar justiça reconhecer que tem sido precisamente o saber histórico aquele que mais tem resistido ao generalizado assalto científico. Não se trata apenas de uma questão de teor epistemológico, implantando um modelo unívoco de saber, representando, antes, tal desígnio o regresso a vectores profundos da cultura ocidental que não toleram o sentido positivo da temporalidade e, por consequência, não promovem a narrativa, particularmente a que é alimentada pelo movimento diferenciante da historicidade.

A história da cultura ocidental vai-nos proporcionando elementos esclarecedores sobre as tendências negativas da temporalidade. É uma delas o apelo à natureza, como aliás se verificou na própria Idade Média que, depois do ímpeto agostiniano, repassado de tempo e de história, se voltou para a natureza, em grande parte devido ao peso da literatura greco-árabe. Por outro lado, já no início da Idade Moderna, o conflito entre humanistas e lógicos representa ainda a tentativa da vitória da linguagem científica sobre a linguagem natural.

Para lá dos conflitos e das tendências, subsiste a irrecusável acção humana, a cuja poética está suspensa a própria sobrevivência, que só é viável na construção temporal, na narrativa de horizonte histórico.

¹⁵ Agostinho interpreta o mito como uma *fabula*, usada sobretudo pelos poetas («A Cidade de Deus», VI,5,1), onde se diz muito contra a dignidade e a natureza, atribuindo-se aos deuses o que há de mais despereável no ser humano.

rá «Qui et sapientiae studium de Roma Parisius transtulit, quod illuc quondam e Graecia translatus fuerat a Romanis.» (Vicente de Beauvais, *Speculum bistoriale*, L. XXIII, C. 173).

¹⁷ Mesmo que entre num horizonte de narrativa histórica, não já de mito, não deixa de ser sintomático que o espaço concedido aos factos históricos seja abundantemente preenchido com lutas e guerras, o que pode traduzir uma presença camuflada do mito, de contornos maniqueístas ainda.

Um documento — doação de 875

Joaquim Mendes de Castro

Breve notícia histórica:

No ano de 913 da era de César, 875 da era cristã, um presbítero de nome Santom fez uma doação ao mosteiro de Soalhães no território de Anégia. O documento em questão conserva-se no *Censual do Cabido da Sé do Porto*, folha 96, frente e verso, ao presente no Arquivo Distrital da mesma cidade. De lá o extraiu João Pedro Ribeiro que o entregou a Alexandre Herculano o qual, por sua vez, o incluiu *ipsis verbis* nos *Portugaliae Monumenta Histórica*. Em 1924, João Grave, ao tempo bibliotecário da BMP publicou o Censual segundo uma leitura sua, ocupando o nosso documento as páginas 366-368 da transcrição. A interpretação paleográfica de João Grave difere em vários passos da de J. Pedro Ribeiro, pelo que é de aconselhar uma nova leitura para se obterem conclusões mais seguras.

Começemos por transcrever o texto de J. Pedro Ribeiro ou, o que é o mesmo, o dos *PMH*. Mas em roda-pé queremos anotar as lições variantes de João Grave (G) e as que nós mesmo propomos (Pp).

"Dominis invictissimis et gloriosisimis, ac triumphatoris santisque Martiribus gloriosis Santi Salvatoris et Sancte Marie semper Virginis, et Santi Michaelis Archangeli, Santi Mametiis quí ibidem sunt recondite, et quorum Baselize Santi Martini Episcopi, que est fundata in Villa de Suylanes, subtus mons Genestaxo, secus rivulum de Gallina, et
5 flumen Dorio, território Anegia. Ego humile, et servo Dei Santom Presbítero, qui expon-
tânea morte corpórea de hoc século ab alio humano transfertur anima, qualis nanque illic
semper venire considera, quya hic ad bona peragenda corde et corpora putita monet
enim nos Domine dicens, date, et dabitur vobis, licet omnia que in hunc mundum ad
usum homnis conferuntur a Deo que creantur omnia ordinantur, tamen valde Deo
10 dignum est unde hec quod accepimus unusquisque in hunc mundum ex hoc complace
parce oblationis in instinctu ut per hec enim sivi quisque futura cumula premia per quem
presentia coram Deo digna dispensa unde se ad talibus sua gens oberibus, dum vota
atque donaria sua et populi Irhaelitici dedit errare dicebat tua enim sumus Domine et
omnia que de manu tua accepimus et dedimus tibi adeo isperventi oraculis pro hi mereamur
15 Sanctorum suffragia apud Dominum, et ad cunctorum nostrorum nexibus absolvit peca-
minum et desiderate eterne vite studium placiter procurrare paxum. Ideo et Domine
Sancte et dizimus offerimus atque concedimus sacris santis altaribus ecclesie Martiribus
sive qui ejus fratribus Monachorum Sororum precepto dominico perseverantes fuerint: in
primis .i. ad aram Dei vella vel vestimenta libros perfectus signum ad ejus medei lorum
20 mirabilis case cruce cálice adque corone vel omne vestimentum Monachorum: id et
aicimus jumenta rectilia sive cum volucrum ariatum aurum vel omne ornamentum
domorum: idem addicimus suos dextros per suos términos antiquos XII. passales
pro corpora sepeliendum et LXXII. pro tolerantia fratrum vel sororum ut cum Dei
adjuvamine ac mentare, ac ganare possent usque ad obitum meum: concedoque in
25 vestimento resonat ad ipsius locius santi, ut in vita vero mea serviat mi et post ovitum
vero meum ad fratres et sorores vel presbíteros propter quis méis qui bónus fuerit et
in ordo sacerdotali extiterit, et in consilio bene viderit habeat et possideat et a parte
Potestatibus et Episcopus, Reges, vel Comités ad cuiquam leiga omine nec videndi nec

donandi non adtribuemus licencia, set de carorum nostrorum habeant et possideant et in 30
 perpetuum judicent. Si quis tamen quod fierit minime credidit et aliquis homo venerit de
 genere nostro aut de genere omnium quoy hoc factum nostrum temptare vel inffrin-gere
 voluerit in primis sit excommunicatus et segregatus et cum Juda proditore habeat par-ticipatio
 et in eterna pena et nunquam finienda, et insuper pariat post parte testamenti et ipsius loci
 sanctis et ad pieniem ipso que in testamento resonat in qua duplum et 35 insuper auri
 talenta duo et ad partem Potestatis qui illa terra imperaverit alio tantum judi-cato
 componarem, et hoc factum nostrum in robore permaneat constabilitate. Factum seriens
 testamenti quod erit IIII Idus Januarii Era D.CCCCXIII. Santom Presbitero a mea facta manu
 mea roboro Sarrazinus testes, Asthupho testes, Domno testes, Alffonsso testes, Plazentius
 testes, Saturninus testes, Staveano testes, Gatton testes, Belza testes, 40 Moabar testes,
 Renovate testes, Rezin testes, Ideninu testes, Daniel testes, Gitesinde testes, Ramiro
 testes, Ubeco testes, Veulfu testes".

1. G. Domnis; at: Pp. ac tal como G.
2. G. santae. Em todo o texto G. restitui sempre o ditongo ae.
3. G. Mametis...reconditi, que também propomos.
4. G. Genestazo.
5. G. servuo; Santo.
7. putita: G. putria.
9. homnis: G. omnis; Pp. hominis.
10. unde hec: G. videre hoc; Pp. videre hec.
11. in instinctu: G. istinc; Pp. istinc; sivi: G. sui.
12. dispensa: G. dispenssa; oberibus: Pp. operibus.
13. G. iherelitici; Pp. israhelitici.
14. adeo: G. a deo; Pp. adeo=ideo; G. is preventi, que também propomos; pro hi: G. pro hic: Pp. pro his.
15. G. sanctorum; absolvit: Pp. absolvi.
16. placiter: G. placit.
17. dizimus: G. diximus.
18. G. sive quae; fuerint: fuerunt.
- 19- medei lorum: Pp. medalorum.
20. G. mirabolus; id et: G. id est; Pp. item.
21. aicimus: G. aicerimus ibidem; rectilia: Pp. vectilia; sive cum: G. sui cum.
22. idem: Pp. item.
24. ac mentare: G. acmentare; concedoque: G. concedo quod; Pp. concedo quae.
25. vestimento: Pp. testamento; serviat: Pp. serviant.
26. Pp. propinquis em vez de propter quis.
27. G. sacerdotale; bene viderit: Pp. bene viverit.
28. omine: Pp. homine; videndi: Pp. vendendi.
29. licencia: G. licentia.
30. credidit: Pp. credidi.
32. voluerit: G. volueritis; sit: G. sedeat; Pp. sedeat (conj de sedere=esse).
33. pena: G. poena.
34. pieniem: G. proieniem; Pp. projeniem; in qua duplum: G. in quadruplum, tal como nós propomos.
35. imperaverit: G. inperavit.
36. constabilitate: G. con stabilitate.
37. seriens: G. series, que também propomos; Santom: G. Santo; a mea: G. ama.
38. Asthupho: G. Artupho; Domno: G. Dono.
39. Gatton: G. Caton.
40. Ideninu: G. don Nunu.

O Texto em Análise

A doação começa abruptamente, sem a costumada invocação trinitária ou cristológica: *In nomine Dei... In nomine Christi*. Esta omissão, rara em documentos da época e do mesmo teor, leva-nos a suspeitar que algo se perdeu da primeira folha. Como o acontecido com a primeira doação de Paço de Sousa, que desapareceu com outros documentos que deviam constar do livro das doações daquele mosteiro¹. O nosso texto devia ter por título uma inscrição deste género: "Donatio presbiteri Santom ecclesiae in villa Suylanis". Como está, o texto acumula os conhecidos epítetos, misturando os casos e acrescentando a menção dos santos mártires ao nome do Salvador, da Virgem e de São Mamede, que se guardavam na igreja de São Martinho, igreja enriquecida com o título de basílica, o que supõe certa dignidade do templo². Soalhães, no texto *Suylanes*, deixa ver a ideia de que pertencia a um certo *Sunila*, "nome hipocorístico de origem germânica". Logo, Soalhães era a vila de Sunila³, bem localizada na região de Anégia⁴, entre os rios de Galinhas, o Tâmega e o Douro, na vertente do monte de Genestazo, que sobe de Entre-os-Rios para as terras de Baião, onde se continua pelos montes de Gestação.

Esta aldeia de Soalhães era o *ibidem*, advérbio que, precedendo no texto, se refere naturalmente a um sintagma anterior e que, dissemo-lo, se perdeu com o cabeçalho do documento. A apresentação do doador, após os destinatários, era do estilo notarial do tempo. *Ego* está, pois, no seu lugar. Também está no seu lugar próprio o qualificativo *expontânea*, pois o testador devia asseverar que realizava o seu acto de livre vontade: *expontânea voluntate*.

Santom não era tabelião profissional, mas conhecia os esquemas dos tabeliães. A omissão de *voluntate*, liga o adjectivo ao vocábulo *morte*, dando origem a uma expressão sem sentido. No termo *morte* começa uma série de razões que motivam o desprendimento do sacerdote, antes de mais a separação da alma e do corpo: enquanto a alma vive eternamente no Céu, o coração e o corpo, que ajudaram a alma a fazer bem estão sujeitos à corrupção.

Depois desta observação, que diríamos quase óbvia, Santão mete-se pela Sagrada Escritura e faz um autêntico centão de passagens, colhidas naturalmente nos livros litúrgicos que possuía. Abre com Lc. 6,38: *Date et dabitur vobis*, citado correctamente. E, depois duma frase concessiva, "embora tudo o que há no mundo tenha sido criado para uso do homem", segundo o estilo da divina Providência, enlaça com certa felicidade o Apoc. 4,11: "quia creasti omnia" e, Rom. 13,1: "Quae a Deo creata sunt, ordinata sunt".

Se tudo foi criado para utilidade do homem, disse há-de o homem louvar a Deus. O passo *tua enim sumus Domine... dedimus tibi* foi o doador buscá-lo, através da liturgia da sagração das igrejas, ao primeiro livro das Crónicas, 29,14: "tua sunt omnia, et quae de manu tua accepimus dedimus tibi". O mesmo lugar da Escritura no vers. 17 lhe fornece o termo bastante raro *donaria* que lhe serviu para formar o binário *vota atque donaria*: "populum tuum vidi cum ingenti gáudio tibi offerre donaria".

Espalhados pelo contexto, os termos *unusquisque*, *presentia*, *complace* e *corpore* parecem ter sido sugeridos por 2Cor. 5,6-10: "Sive absentes, sive praesentes, contendimus placere illi; omnes enim nos manifestari oportet, ante tribunal Christi, ut referat unusquisque propria corporis".

¹ Maria Teresa Monteiro e J. J. Rigaud de Sousa, *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, Braga, 1972, p.13: Doação de Goína.

² Manuel C. Díaz y Díaz, *La vida de San Fructuoso de Braga*, Braga, 1974, p. 103, nota 1.

³ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. XXIX, Rio de Janeiro, p. 300, sub você "Soalhães".

⁴ Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das palavras, termos..., Vorto*, Liv. Civilização, 1962 (ed. crítica por Mário Fiúza), I, pp. 481-486. Anégia era uma vasta região rural correspondente aos actuais concelhos de Penafiel, Marco de Canavezes, Castelo de Paiva e Arouca. Neste território, alguns quilómetros a sul do Marco, fica va a povoação de Soalhães que ainda existe, como existe a freguesia de Rio de Galinhas.

A referência inesperada aos "errores" de Israel no regresso do Egipto parece relacionar-se com a leitura do primeiro Livro das Crônicas 29,15: "peregrini sumus coram te". Por sua vez a afirmação *valde Deo dignum* supõe o lugar do Apocalipse, atrás citado, que diz no seu conjunto: "dignus es Domine Deus accipere gloriam et honorem et virtutem quia creasti omnia". É possível ainda que a exortação *semper considera* recorde o "memorare novissima tua".

Este leque de citações termina como começou, *valde Deo dignum est*, uma perfeita inclusão ou um largo parêntesis, literariamente mal articulado, que pretende documentar toda uma teologia sobre o uso das riquezas e seu mérito, que é o "opus bonum praemio dignum". Mas nas relações com Deus, que poderá o homem oferecer, uma vez que nada tem de próprio? A esta objecção responde o benemérito doador com o exemplo de David que, segundo o lugar das Crônicas, angariava meios e materiais para a construção do Templo. Escudado no texto bíblico, o doador sente-se impelido a incluir as doações para o culto no princípio geral de que Deus, ao criar as coisas, as ordenou para um fim, que o presbítero sabia ser ultimamente a glória do Altíssimo. Com a doutrina da comunhão dos santos espera o doador com o seu acto ir descontando neste *mundo-istinc-* os seus pecados com a preciosa ajuda, no outro, dos santos que homenageia neste. Desta teologia dos bens materiais, fluem três conclusões: é lícito que deles se espere o sufrágio dos santos, a remissão dos pecados e o penhor da salvação eterna⁵. O presbítero Santão parece contentar-se com uma oferta parcimoniosa *-parce-* o que não concorda com a opulência da oferta, pelo que o advérbio assume uma feição concessiva: por pouco que seja⁶,

Ideo, (por isso) introduz em sentido conclusivo o objecto da doação, com três verbos: *diximus, concedimus, offerimus*, o primeiro dos quais parece ter um significado rememorativo que pode, inclusivamente, ascender ao título perdido da doação; os outros dois estão pela fórmula "damus et concedimus" ao depois usual. A doação é feita directamente aos patronos da igreja, *sacris sanctis altaribus*, sendo os beneficiários os religiosos e religiosas que perseverarem na observância dos preceitos do Senhor.

Segue-se a enumeração dos bens doados: I. objectos e alfaiaes destinados ao culto- ao altar de Deus: paramentos, livros bem conservados, um sino de bronze, uma arca preciosa⁷, uma cruz, um cálice e coroas, mais tudo o que pertence ao vestuário dos monges.

Em segundo *lugar-iter-* acrescenta *Çaicimus* e *addicirrusjfi*: animais de tiro ou de transporte, de capoeira, ovelhas e ouro. Em terceiro *lugar-item-* acrescenta os "dextros", isto é, *XII passales* para cemitério e *LXX* para subsistência dos irmãos e irmãs, que os poderão aumentar e valorizar com a ajuda de Deus⁸.

Recapitulando o que consta da doação, o doador apõe uma cláusula restritiva: ele gozará da utilidade dos seus bens até à morte. Depois desta, o direito de padroado passará aos religiosos e religiosas ou presbíteros seus parentes que forem bons e permanecerem na ordem sacerdotal, vivendo dignamente os seus votos.

⁵ É o *paxum*, palavra rara, embora de raiz conhecida (*pax*), que significava a quantia adiantada em contratos como garantia da liquidação total a seu tempo. Corresponde ao que se chama o penhor.

⁶ É o caso de Adosinda César que da sua pobreza faz uma doação ao Mosteiro de Arouca, pelo bem de sua alma. Cfr. M. Helena da Cruz Coelho, *O Mosteiro de Arouca, do séc. X ao séc. XIII*, Arouca, 1988, p.191.

⁷ No original *casa*. Pode significar mosteiro, casa de Deus e bens da Igreja (cfr. *lexicon latinitatis medii aevi*, Typ. Brepolis, 1975, sub você "casa"). Supõe o latim *capsa* (caixa) que segundo Du Cange significa, entre outras coisas, um baú onde se guardam os corporais e paramentos da igreja. Esta significação é a mais provável, em razão do contexto e porque casa-habitação é chamada *domus* no próprio documento.

⁸ O latim clássico escrevia *adjicimus*. O vocabulário de Alcobaça, códice CDIV (286) publicado por H. Hare Cáster, na revista *Romance Philology* sob o título "A Fourteenth-Century, Latin-Old Portuguese Verb Dictionary" regista o verbo *adicio*: (êader).

⁹ "dextros" ou "passales", nome duma medida antiga que, segundo Viterbo, o. c. II, p.468, "tinha mais de quatro palmos e muito mais de um côvado... e se o côvado era de três palmos, doutros tantos era o passal. Mas numa doação de 905 se declara que os passos... eram de doze palmos cada um". Esses "passales" contavam-se pelo raio que descrevia uma circunferência onde depois se levantavam os muros do mosteiro.

Cuidado especial tem o doador com a independência do seu ascistério, recusando ao poder religioso ou civil, bispos, reis, condes ou qualquer leigo o direito de vender ou dar esses bens, para que a sua igreja pertença sempre à sua linhagem¹⁰. É, pois, uma igreja familiar de que o presbítero Santão, se não é o fundador, é o primeiro patrono¹¹.

Para dar firmeza ao seu acto, o doador recorre a uma fórmula muito usual que lança a maldição, separando o infractor da comunhão da Igreja e punindo-o por toda a eternidade com Judas, o traidor. É a *punitio*, a que se segue a *roboratio*¹².

O cenóbio de Soalhães terá vivido uma existência apagada até que foi atribuído por D. Sancho II ao bispo do Porto que nele instituiu uma paróquia em 1276¹³. Segundo alguns autores, do mosteiro não restam vestígios, o que é contradito por outros. Mas, se a igreja de São Martinho de Soalhães é pobre de vestígios arquitectónicos do tempo, o mesmo não acontece com um documento fundamental que, embora conhecido só em apógrafo¹⁴, conserva marcas indúvias do texto primitivo. Pela data seria o mais antigo documento aparecido em terras que ao depois fariam parte de Portugal. De qualquer modo, a transmissão do texto desde o seu aparecimento até à recolha no *Censual do Cabido da Sé do Porto* foi-lhe garantindo uma particularidade curiosa: no meio da confusão do latim bárbaro dos tabeliães mantém traços característicos do latim bíblico citado da S. Escritura com fidelidade quase completa. Na maioria, porém, do traslado todas as partes da gramática revelam pouca consistência. O doador ou o copista obedecem a uma ortografia que não devia corresponder à pronúncia do latim no seu tempo. Aliás, esse latim era aprendido nas escolas, o que não quer dizer que fosse bem aprendido. Por outro lado, a multiplicidade de abreviaturas torna difícil a compreensão da fonética e da morfologia. No entanto, é evidente a contracção do ditongo *ae* no *e* simples tanto no interior como no fim da palavra. Só *Michaelis* conserva o ditongo em virtude do uso secular na liturgia e possível influência da raiz hebraica. Os casos de síncope postónica são frequentes como *hornnis*, mas que não se repete em *omnia*. Em *sivi* e *ovitum* assinala-se a conversão da oclusiva na fricativa correspondente, o mesmo acontecendo no *z* de *dizimus*. Exemplos de sonorização do *c* surdo em *g* dá-se em *aligo* e *leiga*. A grafia *licencia* ao par de *tolerantia* e *participatio* trai a pronúncia corrente do *t* antes do *e* ou *i*, assim como a grafia de *set* e *adque* são índices da confusão reinante na pronúncia dental surda final.

No campo da morfologia há que notar o conhecimento que o notário doador mostra possuir da flexão dos nomes e pronomes e da conjugação dos verbos. Mostremo-lo com alguns exemplos: *bomo* aparece no nominativo, no genitivo e talvez no ablativo. *Dominus* tem vocativo, genitivo, acusativo do singular e dativo do plural. *Sanctus* conserva o vocativo, o genitivo masculino e feminino do singular e o dativo do plural.

Por seu turno, os pronomes estão bem representados, sobretudo os pessoais e os relativos. Por sua vez os verbos são praticamente conjugados em todos os tempos e modos, pessoas

¹⁰ O doador usa o termo "carorum", que se aplica aos antepassados, donde a continuidade que forma a linhagem.

¹¹ Segundo o cronista dos beneditinos em Portugal, o fundador teria sido Sancho Ordiz, em 865, dez anos, pois, antes da doação do presbítero Santão. Cfr. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 1. c. Pode acontecer que se trate da mesma personalidade já que o termo "Sanctus" pode evoluir para Sancho. Cfr. M. Diaz y Diaz, "Rasgos Linguísticos" em *Enciclopédia Linguística Hispânica*, p. 170, nota 49. Nem é de rejeitar que Santom provenha do genitivo "Santorum" pela síncope da vibrante.

¹² Sobre a *roboratio* "que pretende afirmar a inalienabilidade dos bens" doados escreveu J. Mattoso um extenso trabalho com o título de *Sanctio (875-1100)*, Coimbra, 1971. As penas quer temporais, quer espirituais cominadas pelos doadores nem sempre bastavam a desviar a cobiça daqueles que se julgavam com direito ao padroado da fundação. O "acistano" de São Martinho de Soalhães foi disputado aos seus monges por Garcia Moniz, dos fidalgos de Riba Douro, a célebre família dos Gascos, de que fala Almeida Fernandes em *Portugal primitivo medievo*, Arouca, 2001, pp. 53 e 97.

¹³ Sobre o assunto cfr. José Mattoso, *Le monachisme ihérique et Cluny*, Louvain, 1968, p.141. É a evolução natural da formação das paróquias medievais: oratório, cenóbio, paróquia. Assim o expõe Pierre David em *Études historiques sur la Galice et Portugal du VI au XII siècle*, Coimbra, 1957, seguido ao depois por vários historiadores.

¹⁴ Cfr. J. Grave, prefácio ao *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto, 1924.

e vozes. Merece atenção a forma *sede* em vez de *sit* que nos recorda como foi criado o grupo do infinito para substituir as formas mais breves do verbo *esse*, do que resulta uma forma verbal com dois temas. Se dos verbos passarmos às indeclináveis, observamos que abundam, como era de supor, já que estas se multiplicam na razão inversa do esquecimento dos casos. No entanto a razoável conservação destes não justifica as falhas a uma regência ainda estruturalmente latina. Exemplifiquemos: *a*, *ab*, *de* regem sempre ablativo; mas *ad* que devia reger acusativo oferece dificuldades em *ad talibus*, *ad ipsius*, *ad cuidam leiga*.

Nota-se, porém, uma tendência para o uso absoluto dos casos que havia de conduzir às línguas romances: *subtus mons*, *ego servo Dei*, *monet nos Domine*, *librosperfectus*. O uso abundante das preposições não resulta propriamente da tendência para a perífrase, característica das línguas romances depois de o ter sido do latim medieval, mas estas partículas estão ordinariamente no lugar próprio. O mesmo é dizer que o texto parece observar o sistema flexional para estabelecer as relações sintagmáticas na oração. Casos como *Baselice santi Martini*, *ad usum hominis*, *Sanctorum suffragia*, *vite studium* reflectem o uso normal do valor distintivo dos casos.

Quando, porém, se passa dos pequenos sintagmas à frase completa, vale o que já se escreveu que, "na latinidade medieval debalde se procuram normas gramaticais próprias... mormente no latim de documentos"¹⁵. A impressão que se colhe, ao introduzirmo-nos pelo campo da sintaxe é que o autor ou os copistas escreveram a forma do nome que mais frequentemente liam em livros litúrgicos e a colocaram no eixo sintagmático, deixando à sua posição significar o que eles pretendiam. Os vários elementos parecem funcionar como um todo no meio dum bloco: destacados do eixo paradigmático mantém-se, apesar de tudo, solidários. Vejamos: *Santi Salvatoris et Sancte Marie semper Virginis* pode ser o fragmento duma fórmula de oração; *Domine dicens*, na função de sujeito, resulta do uso constante do vocativo *Domine* na celebração litúrgica; *in ordo sacerdotali* supõe a vinheta "ordo missae". A mesma explicação para o acusativo *in hunc mundum*, que o doador lia todos os dias na celebração eucarística.

Em conclusão, o doador imprimiu ao seu testamento características resultantes da sua condição de sacerdote. Homem de leitura bíblica, quando mais não fora através da liturgia, conhecedor de fórmulas poéticas que remontam a Prudêncio, senhor de certos princípios de boa teologia, o servo de Deus Santão creditou-se pela sua generosidade mais que pelo seu latim.

¹⁵ J. Bastardas y Parera "El Latin Medieval" em *Biblioteca Lingüística Hispânica*, p. 254.